

THAIS CORTELETTI PEIXOTO

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONAL:  
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada para a obtenção do título de graduação do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Demian Castro

CURITIBA  
2009

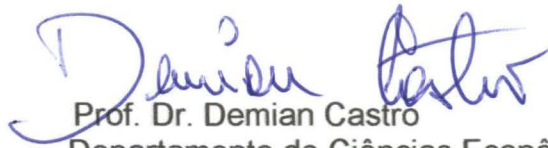
## TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS CORTELETTI PEIXOTO

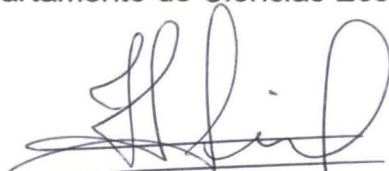
### PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONAL: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de graduação do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Demian Castro  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof.ª Ma. Franciose Iatski de Lima  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 17 de dezembro de 2009.

## RESUMO

Os programas de garantia de renda mínima condicionada brasileiros se expandiram nos últimos anos em razão de seus resultados positivos sobre a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada. Estes programas não apenas visam uma melhoria na qualidade de vida dos beneficiados através da transferência de renda como também através de condições de frequência escolar melhoram o nível educacional dos beneficiados. A partir das experiências brasileiras nos programas Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Bolsa Família nota-se quais são os efeitos reais destes programas na vida das famílias, na educação dos beneficiados e na sociedade. Estes programas não apenas aumentaram a renda dos beneficiados e melhoraram sua alimentação, como aumentou a frequência escolar e diminuiu a evasão escolar. Sendo que o programa Bolsa Família que possui um número de beneficiados maior foi capaz inclusive de diminuir a desigualdade social no Brasil e fomentar a economia de alguns municípios do país. Estes programas são capazes de melhorar a vida da população que mais necessita de ajuda por isso sua grande expansão e sua aprovação no país onde grande parte da população sofre das mazelas da pobreza.

Palavras-chave: Transferências de Renda, Programas de Renda Mínima e Programas de Renda Mínima Condicional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b> .....	8
2.1 CONDIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRA.....	8
2.2 CIRCULO VICIOSO DA POBREZA.....	9
2.3 POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS.....	11
2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA MÍNIMA.....	13
2.4.1 Renda Básica de Cidadania.....	14
2.4.2 Programas de Transferência de Renda Condicional.....	15
2.4.2.1 A Influência do Capital Humano nos Salários.....	16
2.5 LIMITES.....	18
<b>3 PROGRAMAS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA</b> .....	19
3.1 PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA FAMILIAR (PGRMF).....	19
3.2 BOLSA ESCOLA.....	20
3.3 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	24
3.4 BOLSA FAMÍLIA.....	26
3.4.1 A influência do Bolsa Família na Alimentação das Famílias Beneficiadas.....	32
3.4.2 A influência do Bolsa Família sobre a Educação das Crianças e Adolescentes Beneficiados.....	33
3.4.3 O efeito do programa Bolsa Família sobre a oferta da mão de obra das famílias beneficiadas.....	35
3.4.4 Diminuição da desigualdade social causada pelo programa Bolsa Família.....	37
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o início da década de noventa pode-se notar no Brasil uma intensificação nos programas condicionais de transferência de renda. Tentando melhorar o bem estar da sociedade, promovendo o desenvolvimento com justiça, amenizando o nível de pobreza e desigualdade social observados no país. O governo brasileiro vem então implementado políticas que visam melhorar as condições de vida das famílias beneficiadas através de uma transferência de renda.

O governo não apenas lhes fornece um alívio imediato para suas carências através do aumento da renda das famílias, como também através de exigências como a frequência escolar das crianças visa aumentar o grau de escolaridade destas, proporcionando lhes assim um aumento do capital humano. No longo prazo o capital humano lhes permitiria se auto-sustentar sem o auxílio governamental, quebrando assim o um ciclo vicioso da pobreza que vem se arrastando por décadas no Brasil.

Os Programas de Transferência de Renda Condicional visam não apenas amenizar as mazelas da pobreza pelas quais grande parte da população brasileira vive, mas também possibilitar seu desenvolvimento pessoal além do próprio desenvolvimento econômico do país.

Em 1995 duas experiências de transferência de renda condicionadas iniciaram no Brasil simultaneamente o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar em Campinas e o Bolsa Escola no Distrito Federal, a partir de então muitos programas desta linha começaram a se espalhar pelo Brasil. Em 1996 o governo criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Já em 2001 foi criada o Bolsa Alimentação, em 2003 foi instituído o Programa Fome Zero que concedia as transferências através do cartão alimentação e em 2003 o governo incorpora e integra todas essas políticas em um programa o Bolsa Família que visa ações nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda.

O objetivo deste trabalho é analisar como estas transferências de renda agem sobre as famílias beneficiadas tanto sobre a melhoria na qualidade de vida dos beneficiados e na diminuição da desigualdade de renda no Brasil. Como também analisar as transferências em sua estrutura de longo prazo que podem

melhorar o nível de educação para as famílias e sua eficácia em aumentar o capital humano dos beneficiados. Assim serão analisados quais foram os resultados obtidos por tais programas e quais são os seus limites, isto é, como as transferências de renda agem sobre as famílias beneficiadas e sobre a sociedade brasileira?

Para entendermos como estas transferências de renda agem analisaremos o que são e quais são as metas dos Programas de Garantia de Renda Mínima e os Programas de Transferência de Renda Condicional e quais são seus efeitos sobre as famílias beneficiadas. Desde os programas pioneiros como o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, o Bolsa Escola, o PETI e por fim o Bolsa Família dando maior ênfase neste último, já que este foi o que teve maior alcance e de maior valor nas transferências.

O trabalho será dividido em quatro capítulos, após esta breve introdução sobre o assunto que será abordado no trabalho, virá o segundo capítulo onde será feita uma revisão bibliográfica sobre o que são os Programas de Transferência de Renda Mínima e os Programas de Transferência de Renda Mínima Condicional e seus possíveis efeitos sobre os beneficiados e sobre a sociedade; no capítulo três será realizado uma análise de quatro Programas de Transferência de Renda Condicional que foram implementados no Brasil: o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, o Bolsa Escola, o PETI e por fim o Bolsa Família; e no quarto capítulo será realizada uma conclusão sobre os programas contendo seus pontos positivos e negativos.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICO

Como o mercado por si só não é capaz de garantir um nível de satisfação social o Estado toma como sua responsabilidade a alocação dos recursos eficientemente e justa através de políticas públicas que visam compensar a exclusão social gerada pelos mecanismos socioeconômicos.

A erradicação da pobreza é um dos objetivos fundamentais do governo brasileiro e como este resultado não está sendo alcançado ao passar do tempo, é necessária a intervenção do Estado através de algum tipo de política compensatória.

### 2.1 CONDIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRA

O Brasil possui uma grande parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza<sup>1</sup>, além de um alto índice de desigualdade social persistentemente mesmo com a expansão econômica, tornando assim legítima a ação do governo brasileiro através de políticas sociais que visem erradicar a pobreza do país e diminuir a desigualdade social.

A alta concentração de renda no Brasil, que pode ser verificada através de indicadores como o coeficiente de Gini<sup>2</sup>, mostra uma tendência ao longo dos anos, com altos níveis de concentração mesmo com mudanças na economia.

A distribuição de renda no Brasil se caracteriza como fortemente desigual ao longo dos séculos, seja em momentos de expansão como de retração econômica, somente a partir do século XXI que o país passou a apresentar

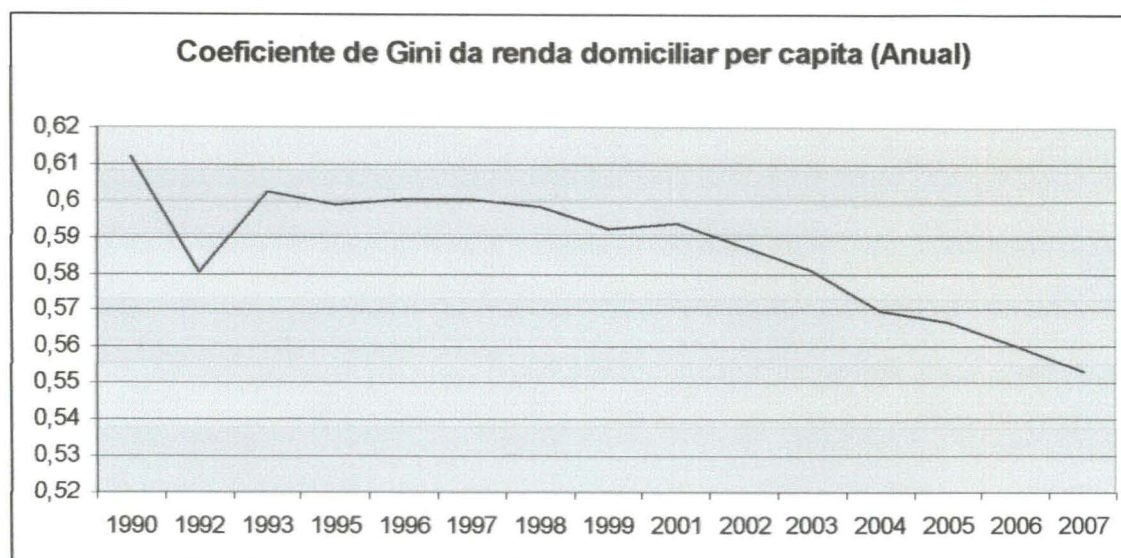
---

<sup>1</sup> A Linha da Pobreza indica qual é o mínimo de renda que cada pessoa necessita para satisfazer suas necessidades. Existem dois parâmetros predominantes para indicar a linha da pobreza de US\$ 1,00 e US\$ 2,00 por dia por pessoa. Sendo que o Brasil possui um número de sua população vivendo abaixo da linha de US\$ 1,00 diário. (PAULANI E BRAGA 2006)

<sup>2</sup> O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de renda de um país, ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade de renda. A partir do coeficiente de Gini podemos comparar a desigualdade e renda entre os países, sendo que o Brasil possui uma das piores distribuições de renda do Mundo. (PAULANI E BRAGA 2006)

resultados significativos de uma melhor distribuição de renda. Como é apresentado no Gráfico 1 pela diminuição do Coeficiente de Gini a partir de 2001.

GRÁFICO 1 – COEFICIENTE DE GINI BRASILEIRO DE 1981 A 2007



FONTE: IPEADATA

A melhora na distribuição de renda, que vem ocorrendo desde 2001, não aconteceu com um aumento da renda nacional e uma melhor distribuição, mas sim com uma queda dos rendimentos dos mais ricos da população e um aumento dos rendimentos dos mais pobres. (SOARES 2006)

Assim sendo o que esta levando à diminuição da concentração de renda nos últimos anos? Primeiro pode ter sido as políticas sociais do Estado, ou o mercado de trabalho pode ter sido o responsável.

Soares (2006) analisa como a distribuição de renda no Brasil esta sendo modificada, colocando no estudo quais são as variáveis que modificam a distribuição de renda sendo que por um lado temos então as políticas sociais do governo, o Brasil possui vários programas de transferência de renda visando às classes menos desfavorecidas, desde: aposentadorias rurais, o Benefício de Prestação Continuada ou até mesmo a Previdência Social. Sendo estes indexados ao salário mínimo. Também é colocado que o Brasil possui outros programas que não são indexados ao salário mínimo como o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxilio gás. Assim se a atual queda da desigualdade social esta relacionada aos programas de transferência de renda,



indexados ou não aos salários esta queda pode ser difícil de ser mantida sem um aumento contínuo da expansão desses programas.

Soares (2006, p.16) analisa em seu estudo uma outra explicação para a queda na desigualdade sendo esta as mudanças no mercado de trabalho, como: o aumento do salário mínimo, que pode redistribuir renda diretamente no mercado de trabalho, principalmente no mercado de trabalho formal onde o salário mínimo possui uma presença forte. Ou então como é colocado no estudo esta mudança na desigualdade social pode ter ocorrido por uma mudança no mercado de trabalho com um aumento da demanda da mão de obra não qualificada, como é exemplificado com um crescimento econômico sustentado os empregadores podem ter mudado suas expectativas e passaram a contratar mais funcionários formalmente aumentando assim a demanda por mão de obra não qualificada, melhorando assim a distribuição de rendimentos do trabalho.

Analisaremos mais a frente quais foram as causas da diminuição da desigualdade social no Brasil nos últimos anos.

O país quando se encontra com graves problemas de distribuição de renda e uma grande parte da população vivendo abaixo de uma determinada linha de pobreza sugere que este possui problemas de dois tipos de ordem: uma de ordem estrutural e outra de ordem conjuntural. Segundo Cruz e Pessali (2007, p.6):

“O problema de ordem estrutural diz respeito ao fato de que estas pessoas para conseguirem sair da pobreza de forma sustentável, devem obter o nível de renda necessário através da venda de sua força de trabalho, ou então, produzindo algo que venha a ser comercializado. O problema de ordem conjuntural é que, considerando a justiça distributiva como um dos objetivos de ordem econômica, não é aceitável que estas pessoas permaneçam nesta condição até que se resolva o problema de ordem estrutural.”

Para que o governo possa então modificar esta estrutura de pobreza e desigualdade é necessário que tome medidas com diferentes objetivos é colocado no estudo de Cruz e Pessali (2007, p. 7) que primeiro é necessário combater o problema de ordem estrutural com, por exemplo: capacitação profissional, mudança na legislação trabalhista, estímulo à atividade empreendedora, facilidade de acesso ao crédito e políticas dirigidas ao pleno emprego para que estas pessoas carentes possam então modificar sua situação permanentemente; e em segundo como foi descrito no trabalho devem ser tomadas algumas providências que visem uma melhora na situação destas famílias no curto prazo com políticas compensatórias,

transferência de renda, doação de cestas básicas e restaurantes populares entre outros.

## 2.2 CIRCULO VICIOSO DA POBREZA

Visando combater os problemas de ordem estrutural o Estado estará quebrando o círculo vicioso da pobreza, sendo que este é o que impede uma mudança nas condições de vida da população pobre.

Evidências da América Latina indicam que as crianças que nascem em famílias pobres e com pais com baixa escolaridade possuem uma alta probabilidade de no futuro possuírem um nível baixo de educação, com baixo rendimento e continuarem pobres, isto é, a continuidade do círculo vicioso da pobreza. Mostrando assim que há pouca mobilidade entre as classes sociais dos países da América Latina. (PERRY et al. 2006)

Sendo que o círculo vicioso da pobreza pode-se difundir por diferentes formas. Seja porque as pessoas mais pobres não possuem acesso ao mercado financeiro, nem dinheiro para investimentos pessoais como para sua própria capacitação, sendo que a qualidade de sua educação em média é pior diminuindo seu rendimento por educação no futuro e impossibilitando o acúmulo de capital humano necessário para seu crescimento pessoal. Elas também possuem uma saúde mais debilitada que pode reduzir sua produtividade dificultando sua obtenção por maiores retornos financeiros. Além disso regiões mais pobres possuem menos pessoas capazes de adotar e utilizar as novas tecnologias dificultando sua competitividade por causa de uma produtividade menor. As regiões mais pobres são as que não possuem infra-estrutura adequada nem mão de obra qualificada, não são capazes de atrair investimento externo que seria importante para o desenvolvimento econômico da região. Através destes meios a população pobre se vê encurralada em posição social de difícil ascensão seja pessoal ou coletiva. (PERRY et al. 2006, p. 6)

Importante colocar que uma diminuição da pobreza não é apenas uma caridade para ajudar as pessoas que passam necessidades, mas é também um importante método de crescimento para o país. Como foi colocado no estudo do

banco mundial por Perry et al. (2006, p. 8) uma queda no nível de 10% da pobreza, *ceteros paribus*, pode levar a um aumento de 1% no crescimento econômico. No estudo é colocado que uma das razões do baixo crescimento econômico é em parte explicado pelos círculos viciosos, isto é, um baixo crescimento leva altos níveis de pobreza e altos níveis de pobreza levam a um baixo crescimento econômico. Também é colocado que os círculos viciosos podem ser transformados em círculos virtuosos onde a redução da pobreza pode levar a um aumento do crescimento econômico.

Uma redução na desigualdade social traz uma melhora de renda não apenas para a parte da população mais carente que obteve um aumento da renda, mas traz uma melhora da renda para todo o país com o crescimento econômico.

### 2.3 POLITICAS ASSISTENCIALISTAS

As transferências do governo para a sociedade podem se dar de diferentes maneiras segundo Macedo (2000, p. 2): “Estas transferências podem se apresentar na forma de complemento monetário - benefícios de aposentadoria, seguro-desemprego, invalidez, salário família, renda mínima, etc – ou então com uma provisão de bens - produtos alimentícios, moradia, etc - e/ou serviços - assistência médica, sanitária, etc.”.

Os programas assistenciais no Brasil se caracterizavam pela falta de uma política clara contra a pobreza, pela preferência de oferta de serviços no lugar de transferências diretas de renda, programas descontínuos e fragmentados além de um alto grau de clientelismo. (DRAIBE 2006)

Há no Brasil uma tradição de programas de combate à pobreza sobre a forma das transferências “*in natura*” como a doação de cestas básicas, porém estas transferências possuem altos custos administrativos e de distribuição, além de serem políticas assistencialistas emergências e de poucos resultados de longo prazo. Porém este tipo de benefício não possibilita que os beneficiados tenham liberdade de escolha para alocação de seus benefícios. Assim, este tipo de programa perdeu força para a entrada de programas que possibilitem uma maior liberdade de alocação dos benefícios recebidos. Mais recentemente vem se

utilizando de Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRMs) que aumentam a utilidade das famílias beneficiadas possibilitando que estas utilizem seus benefícios na compra dos produtos que lhes são mais necessários. (CRUZ; PESSALI, 2007)

Assim sendo a escolha de transferência de renda em forma monetária no lugar de doações de alimentos e suprimentos de primeira necessidade mostram se mais eficazes. Não apenas pelos custos dispendiosos em políticas de doação como também pelo menor grau de utilidade das famílias entre receber doações em forma de cestas básicas, por exemplo, no lugar da doação monetária. Já que as famílias que recebem os benefícios são as que melhor sabem do que necessitam. Isto é, o individuo que recebe as transferências possui melhores informações de suas atuais necessidades e são os mais aptos a escolher os produtos que necessitam. Tendo assim uma maior probabilidade das famílias beneficiadas de alcançar utilidades mais altas ao receberem transferências monetárias do que se recebessem produtos determinados.

## 2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA MÍNIMA

No Brasil a discussão sobre a implementação deste tipo de programa começou com o projeto original do Senador Eduardo Suplicy em 1991 que propunha um Imposto de Renda Negativo<sup>3</sup> e nele todos os brasileiros que possuíssem uma renda baixa que não lhes possibilita-se suprir suas necessidades receberia uma complementação de renda.

Os PGRMs são eficientes instrumentos de redistribuição de renda, pois quando se aumenta a renda da parcela da população que se encontra nos níveis mais baixos de renda se reduz a distância relativa entre aqueles que se encontram nos níveis mais altos de renda. Porém os programas de transferência são incapazes de combater o estado de pobreza da população se não forem associados a outras iniciativas, esta transferência só seria capazes de quebrar o circulo vicioso de pobreza se as transferências fossem mantidas indefinidamente até que o

---

<sup>3</sup> Imposto de renda negativo é o contrário de um imposto de renda normal onde uma pessoa com certo nível de renda paga ao governo um imposto. No imposto de renda negativo, os indivíduos com rendimento abaixo de um piso recebem uma complementação por parte do governo. (SUPLICY 2006)

crescimento da economia fosse capaz de resolver o problema. Assim sendo há a possibilidade de no final do recebimento dos PGRMs as famílias retornarem ao ponto inicial sem qualquer melhoria de bem estar de longo prazo.

Um aumento da renda da população mais carente do país é capaz de diminuir a desigualdade social desde que o aumento da renda das famílias mais carentes seja maior que da população mais rica, porém estes aumentos teriam que ser contínuos e crescentes para que continuassem a melhorar a distribuição de renda da sociedade.

Para que haja uma diminuição da desigualdade consistente é necessário que se diminuam as desigualdades de acesso às capacidades produtivas, informações e meios de produção. Para uma diminuição consistente da desigualdade também se torna necessária a diminuição da desigualdade no mercado de trabalho. Esta desigualdade pode ser gerada tanto por práticas de discriminação quanto pela diferença entre as remunerações de trabalhadores igualmente produtivos seja por diferenças de regiões ou pelo setor formal e informal. Outro ponto importante é a falta de emprego no país que gera um acesso desigual ao trabalho, como parte da força de trabalho esta desempregada, nem todos possuem oportunidades de utilizar suas capacidades produtivas. (SOARES 2006)

#### 2.4.1 Renda Básica de Cidadania

Segundo Suplicy (2006, p. 14) “o projeto de lei que institui a Renda Básica da Cidadania no Brasil foi aprovada pelo Senado Federal em dezembro 2002, pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2003 e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004”.

A Renda Básica seria então uma renda incondicional, isto é, todo brasileiro ou estrangeiro residente no país por no mínimo cinco anos teria o direito de seu recebimento. Estas transferências começariam a ser distribuída para as classes mais baixa renda da população e com o passar do tempo seria estendida a todos. A Renda Básica Incondicional ou de Cidadania seria então um instrumento de política econômica, que aumentaria a liberdade dos brasileiros através de uma renda permanente. (SUPLICY 2006)

Segundo Suplicy (2006, p. 160) o benefício teria o seguinte formato: “40% da diferença entre o patamar de R\$90 (ou meio salário mínimo) vezes o número de pessoas na família e a renda da família”. Sendo que esta alíquota pode ser mudada dependendo da disponibilidade de recursos. Com estes moldes haverá sempre estímulo ao trabalho, pois as famílias ganharam mais se estiverem trabalhando, porém sempre estará garantido o mínimo de renda.

As três principais críticas a renda mínima seriam que: tais programas seriam caros, porém existem várias formas de financiar tais programas desde que estes sejam realmente tidos como prioridade do governo; outro ponto seria que os programas são uma ofensa ao princípio de reciprocidade, isto é, é justo dar algo apenas se a pessoa contribuir para a sociedade; e por último que a renda mínima criaria uma falta de incentivo ao trabalho que a pessoa se acomodaria, porém uma renda básica de subsistência não é suficiente, pois o valor da transferência é relativamente baixo. (SUPLICY 2006)

As pessoas continuariam trabalhando, porém as transferências aumentariam o poder de barganha dos trabalhadores que pressionaria as empresas a tornarem seus empregos mais atrativos. As transferências pode então possibilitar uma maior liberdade ao trabalhador. Assim sendo o programa forneceria ao trabalhador uma maior facilidade de escolha diante de uma oferta de serviço. (SUPLICY 2006)

A Renda Básica da Cidadania traz tranquilidade para as famílias carentes com a garantia de uma renda mínima, como seu valor é pequeno e incondicional seu recebimento não diminui o incentivo ao trabalho apenas acarreta em um maior poder de barganha aos trabalhadores, aumentando assim sua liberdade, seu poder de escolha em relação ao trabalho que irá realizar.

#### 2.4.2 Programas de Transferência de Renda Condicional

Em meados da década de noventa, houve um importante aperfeiçoamento nas propostas de renda mínima, que visam aumentar o nível de bem estar social, foram então implementadas no Brasil em algumas regiões em caráter experimental. A novidade era atrelar os benefícios concedidos às famílias carentes a uma

condição que elevasse sua capacidade de acumular capital humano. Sendo que as taxas de retorno do capital humano são elevadas em países como o Brasil, assim estes programas permitiriam no médio prazo que as famílias beneficiadas possam obter renda suficiente para que estas saiam da condição de pobreza, assim não mais necessitarão da intervenção do Estado. A partir do momento que estas pessoas possam explorar seu estoque de capital humano para se sustentar a um nível superior a linha da pobreza o programa conseguiu alcançar o objetivo de quebrar o ciclo vicioso da pobreza. (SUPLICY 2006)

Com o programa de transferência de renda atrelado a uma condicionalidade que eleve o capital humano, os programas param de ser apenas programas assistencialista e passam a contribuir para que as famílias a partir de sua própria força de trabalho aumentem sua renda.

Isto significa que se o programa de transferência de renda condicional for bem sucedido ao longo do tempo os recursos necessários para sua manutenção tenderiam a diminuir, com a vantagem da elevação do estoque de capital humano da sociedade como um todo. O numero de famílias beneficiadas tenderiam a diminuir, pois não mais atenderiam a condicionalidade de uma renda mínima já que a renda auferida pelo trabalho destas já teria atingido um patamar mínimo necessário.

Para que os programas obtenham sucesso é importante que seja adequado o sistema de benefícios e que haja um correto investimento na oferta de serviços públicos que auxiliem nos problemas estruturais e conjunturais que as famílias carentes passam, para que se possa ter uma melhora na educação e na capacitação dessas famílias mais pobres e sua renda futura seja elevada permanentemente.

Acredita-se então que estes programas possam reduzir a miséria e a desigualdade, tanto de renda como de oportunidades.

#### 2.4.2.1 A Influência do Capital Humano nos Salários

Acredita-se que os Programas de Transferência de Renda condicional são capazes de modificar não apenas a situação atual das famílias melhorando suas

condições de vida através do aumento da renda, como também podem modificar a situação social do país.

Um dos pontos fundamentais dos programas de transferência de renda condicional é o aumento do capital humano como saída do círculo vicioso da pobreza. Assim sendo será focado qual é a importância do aumento da educação para a sociedade brasileira.

O Capital humano segundo Blanchard (2007, p. 574) pode ser classificado como sendo “conjunto de habilidades possuídas pelos trabalhadores em uma economia”, isto é, investimentos produtivos materializados no ser humano.

A educação é vista como uma forma de poupança de acumulo de capital humano. Um nível mais alto de capital humano está diretamente relacionado a níveis de renda mais alto e de maneira geral um nível de conhecimento geral mais alto é associado a um maior nível de renda da população.

Segundo Blanchard (2007, p.223) por meio da educação ou do treinamento do trabalhador, isto é um aumento do capital humano por trabalhador leva a um aumento do produto por trabalhador.

Um aumento no nível educacional dessas famílias é capaz de aumentar sua renda futura. As taxas de retorno da educação no Brasil são relativamente altas, segundo Filho e Pessoa (2006, p.15) “A menor taxa de retorno ocorre no primeiro ano de estudo e é igual a 9,2%. As demais taxas estão acima deste patamar, o que indica um grande incentivo em educação.”. Com o passar dos anos de estudo há um aumento nesta taxa de rentabilidade, indicando assim um grande incentivo para o investimento em educação no Brasil. Sendo que uma melhora na distribuição da educação é um passo importante para uma melhor distribuição de renda.

Um nível de educação mais alto também gera uma mão de obra mais qualificada que é fonte para uma melhor competitividade econômica. Maiores investimentos educacionais aumentam a produtividade da mão de obra assim sendo estes investimentos trazem ganhos aos indivíduos que recebem tal educação. Uma maior produtividade dos trabalhadores não apenas lhes traz maior rendimento como afetam a produtividade do país o tornando mais competitivo. (EHRENBERG; SMITH 2000)



## 2.5 LIMITES

Também é importante ressaltar que estes programas recebem críticas como, por exemplo, que estes gerariam um estado de dependência das famílias para com o governo e que os programas não são capazes de transformar o estado de pobreza destas famílias, sendo que não solucionam o problema das famílias no médio e longo prazo.

Os beneficiados não teriam incentivos a melhorar sua renda já que poderia chegar a uma renda mínima a qual o impossibilita de receber tais transferências. Assim sendo estes programas diminuíram a propensão dos beneficiados a trabalhar, já que estariam recebendo a mesma renda que antes, porém agora advinda do governo no lugar de seu próprio trabalho.

Outro ponto crucial do programa é que condição de que as crianças frequentem a escola pode ser necessária, mas não suficiente para lhes proporcionarem maiores rendimentos futuros se esta educação recebida for de baixa qualidade. Se o Estado nada fizer para melhorar o ensino das escolas elas não atingiram um nível educacional que lhes possibilite quebrar o círculo vicioso da pobreza e as transferências não atingiram suas metas de longo prazo.

### **3 PROGRAMAS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.**

Será agora analisado os primeiros PGRM condicionais implementados no Brasil, estes programas tiveram seu início na década de 90 e sua maior abrangência e intensificação a partir do Bolsa Família em 2003.

Será apresentado então os casos práticos do Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar de Campinas e o Bolsa Escola do Distrito Federal que foram os pioneiros no Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil mostrando quais foram os pontos positivos e negativos de cada programa e sua eventual evolução e unificação no Bolsa Família. Este foi implementado já em nível nacional com várias mudanças administrativas e de condicionalidades, programa este que vem se expandindo e conquistando resultados favoráveis importantes para a sociedade brasileira.

#### **3.1 PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA FAMILIAR (PGRMF)**

O Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar implementado em Campinas foi o precursor dos programas no Brasil, começou em 1995. Logo em seguida foi criado o Bolsa Escola no Distrito Federal, e em seguida este tipo de programa se espalhou pelo país. Estes programas seguem uma linha de raciocínio dos programas de transferência condicionada de renda que possuem como objetivo a diminuição da desigualdade social. Para diminuir a pobreza presente e futura as transferências estão condicionadas a participação das crianças no sistema formal de ensino. (ROCHA 2005)

Havia algumas diferenças entre o PGRMF e o Bolsa Escola do Distrito Federal.

Em Campinas o programa era focado para as famílias que possuíssem filhos com 0 a 16 anos de idade, e para participar do programa a família teria que ter uma renda per capita de até R\$35 por mês; a família deveria estar cadastrada no Cadastro Único; as crianças deveriam estar matriculadas e freqüentando a escola

(esta condicionalidade era checada a cada três meses); e as famílias deveriam residir em Campinas a pelo menos quatro anos. As famílias que se enquadrassem nesses pré-requisitos receberiam um valor de R\$15 por criança sendo o valor máximo recebido de R\$45. As famílias permaneciam no programa por dezoito meses e no final desses meses dependendo da situação financeira da família os recursos poderiam ser estendidos por mais seis meses. (LOPES 1999)

A condicionalidade de residência da família em Campinas a pelo menos quatro anos era importante para que o programa não provocasse um efeito migratório de outros estados brasileiros para Campinas.

O PGRMF começou em 1995 atendendo 1.982 famílias e se expandiu sendo que entre 1995 e 1997 o programa atingiu 5.071 famílias. (LOPES 1999)

Segundo Lopes (1999, p. 78) o grau de focalização do programa era extremamente eficiente: “a redução da insuficiência de renda foi máxima, ou seja, todo o subsídio transferido foi direcionado às famílias efetivamente pobres, preenchendo parcialmente, a insuficiência de renda.”. Um dos pontos positivos do programa de transferência de Campinas é sua alta focalização, isto é, as transferências estão sendo direcionadas às classes mais baixas de renda do local.

Além da boa focalização o PGRMF em Campinas conseguiu reduzir em 50,39% da insuficiência de renda do município em 1997. O programa foi capaz de aliviar a situação de carência que parte da população passava. (LOPES 1999).

Segundo Lopes (1999, p. 79): “o programa é voltado para as famílias efetivamente excluídas do acesso tanto aos mínimos padrões de condições de vida quanto aos direitos de cidadania e representa um potencial instrumento de combate à pobreza e, portanto, de justiça social.”.

### 3.2 BOLSA ESCOLA

No Bolsa Escola, programa implementado no Distrito Federal, o governo pagava um salário mínimo a cada família que seguisse tais exigências: renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo; as crianças deveriam ter uma frequência escolar mínima de 85% mensal; a família deveria residir no Distrito Federal a no mínimo cinco anos; se houvesse algum membro adulto da família

desempregado este deveria estar inscrito no Sistema Nacional de Emprego. (MACHADO et al. 2002)

Podemos notar algumas semelhanças entre os dois programas ambos exigem a freqüência das crianças na escola como modo de incentivar a ida destas a escola, assim acarretando em uma melhora no nível educacional brasileiro. Além da condicionalidade de que as famílias já residam em tais cidades. Sendo que o problema de migração acaba quando o programa é estendido nacionalmente. Ambas também exigem um nível de renda per capita baixo, isto é, apenas participam dos programas as famílias que estão em situação de pobreza.

O programa Bolsa Escola no Distrito Federal conseguiu alguns avanços na melhoria da qualidade de vida das famílias carentes porem não chegou a atingir todos os seu objetivos. Segundo Machado et al. (2002, p. 7) o programa conseguiu efetivamente: “melhorar a qualidade de vida das famílias em condições de pobreza extrema; melhorar as condições de acesso e permanência na escola dos alunos beneficiados; minimizar o trabalho infantil.”. O programa foi então capaz de através do aumento da renda melhorar a qualidade de vida dos beneficiados, e a partir da condicionalidade diminuir a evasão escolar e aumentar a freqüência escolar dos alunos.

Porém o programa não mostrou segundo Machado et al. (2002, p.7): “melhoramento do aproveitamento escolar dos bolsistas e contribuição para a geração de uma cultura escolar positiva local tradicionalmente excluído da escola, aumentando o gosto pela escola e pelo estudo, incrementando a participação das famílias no processo educativo dos filhos.”.

O programa pode ser efetivo para incentivar as crianças a freqüentarem a escola porem a evasão escolar não ocorre apenas pela falta de vontade das crianças de ir à escola. Segundo Néri (2009, p. 5) a evasão escolar se da por três motivos principais, sendo eles:

“A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política publica, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de credito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo.”

Sendo que as restrições de renda acarretam: dificuldade de acesso a escola, a necessidade de trabalho para geração de renda e a falta de interesse. (NÉRI 2009).

Assim sendo os programas combatem algumas das causas da evasão escolar, porém seriam necessárias outras medidas focadas na família e no próprio ensino para que houvesse um aumento do interesse dos alunos nas aulas.

O programa incentiva as crianças e adolescentes a freqüentarem a escola e que estas parem de trabalhar, porém a escola não oferece incentivo para que o aluno melhore seu desempenho.

A partir dos resultados positivos dos programas de Campinas e do Distrito Federal outros municípios começaram então a implementar estes programas. Porém as tentativas em âmbito municipal logo demonstraram a necessidade de federalização do programa, pois os governos municipais não possuíam condições financeiras nem operacionais para continuar com o andamento dos programas. Assim em 2001 o governo federal passou a administrar, financiar e executar o Bolsa Escola. O Programa chegou a atender até cinco milhões de famílias em todo o Brasil até 2003 quando foi incorporado pelo Bolsa Família. (ROCHA 2005)

O programa Bolsa Escola nacional tinha como foco as famílias com renda per capita mensal de até R\$90,00 que possuem crianças de 6 a 15 anos de idade. Assim as crianças são sobre valorizadas pelo programa, visando assim diminuir a pobreza presente e futura desde que sejam respeitadas as condicionalidades. O benefício era de R\$15 por crianças, no limite de três benefícios, isto é um máximo de R\$45 por família. Essas transferências eram pagas através de cartões magnéticos e de preferência as mães das famílias. Porém só receberiam as transferências as famílias que mantivessem suas crianças matriculadas e freqüentando a escola, com um máximo de faltas de 15%. As escolas deveriam reportar ao governo a freqüência das crianças as aulas para que houvesse um controle do programa. (RESENDE E OLIVEIRA 2008)

A partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 Resende e Oliveira (2008) demonstram que as famílias beneficiadas alocam sua renda adicional principalmente para a aquisição de alimentos sendo que este aumento do consumo leva a uma melhora quantitativa e qualitativa da dieta dos beneficiados. Segundo Resende e Oliveira (2008, p. 256) o aumento do consumo de alimentos : “são importantes na medida em que a melhoria na quantidade e na

diversificação da dieta pode trazer benefícios a saúde e conseqüentemente a produtividade dos adultos bem como à saúde e ao bem-estar das crianças possibilitando, assim o acúmulo de capital humano.”.

Em seguida os maiores gastos das famílias beneficiadas pelo programa BE foram vestuário, gastos com produtos de higiene e serviços pessoais. Há também um aumento dos gastos com educação, sendo que os dados também sugerem que os benefícios não estão sendo gastos com bebidas ou fumo. (RESENDE E OLIVEIRA 2008)

A partir destes gastos nota-se que a renda transferida esta sendo eficientemente gasta com a melhora na alimentação e qualidade de vida dos beneficiados, e com os gastos destinados a uma melhora na nutrição, na educação e na saúde.

Segundo Rocha (2005, p.19) a partir dos dados da PNAD de 1999: “o Bolsa Escola, pelo tamanho da sua população alvo – 6,5 milhões de famílias – reduzia a proporção de pobres em menos de meio ponto percentual (de 34,95% para 34,53%) e o hiato de renda em apenas dois pontos (de 44,7% para 42,6)”. Assim sendo o programa não chegou a mostrar resultados significativos na redução da pobreza.

Os impactos também foram diferentes dependendo da região por causa da diferença da intensidade da pobreza e dos diferentes valores das linhas da pobreza utilizadas. Já que o valor do benefício é único e o custo de vida em cada localidade é diferente, isto acabou gerando um maior efeito de redução da pobreza nas áreas rurais onde o custo de vida é menor e um efeito menor na área metropolitana onde o custo de vida é maior. (ROCHA 2005).

Porém é importante colocar a dimensão do programa, por exemplo, os programas de transferência de renda criados no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás) segundo Rocha (2005, p. 20) gastaram: “R\$244,1 milhões em setembro de 1999, o que representa apenas 10,8% do valor total do hiato de renda calculado para que a renda dos 55 milhões de pobres brasileiros atingisse valor equivalente ao da linha de pobreza.”.

Os impactos do programa Bolsa Escola sobre as matrículas e sobre a freqüência escolar das crianças beneficiadas é significativa, indicando que o programa atinge sua principal meta de aproximar a criança da escola. Porém o aumento de renda por si só não é capaz de diminuir o trabalho infantil, as crianças que participam do programa que começam a freqüentar a escola não param de

trabalhar elas acabam conciliando o trabalho com a escola. Esta continuidade da criança na escola pode significar que a transferência recebida tenha um valor baixo que não possibilite as crianças pararem de trabalhar, já que a renda que elas agregam a renda familiar não chega a ser substituída pelas transferências. (CARDOSO; SOUZA 2004)

Apesar do crescimento dos programas de transferência de renda condicional até 1999 sua capacidade de transferência era reduzida em relação à quantidade da população carente existente no Brasil. Além do valor reduzido da transferência que não passava de quarenta e cinco reais por família, que era incapaz de reduzir o trabalho infantil.

### 3.3 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

O PETI começou em 1996 e possuía como principal objetivo erradicar o trabalho infantil. O programa consistia em uma transferência de renda mensal, na execução da jornada ampliada (que oferecia atividades socioeducativas e culturais, melhorando o processo de aprendizado das crianças envolvidas no programa) e o trabalho com as famílias que consistia em programas sócio-educativos e de geração de emprego e renda. Para que as famílias pudessem participar do programa deveriam ter filhos com 7 a 15 anos de idade, e estes deveriam estar trabalhando em empregos com características perigosas, insalubres ou degradantes. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2004)

A renda variava dependendo da região. Os valores da Bolsa Criança Cidadã era de R\$25 reais para a área rural e R\$40 para a região metropolitana. Agora para a jornada ampliada o valor era de R\$10 na área urbana e R\$20 na área rural. (MDS 2004)

Segundo o MDS (2004, p. 13) para que as famílias permaneçam no programa:

“...todos os filhos com menos de 16 anos devem estar preservados de qualquer forma de trabalhando infantil; a criança e/ou adolescente participante do PETI deverá ter frequência escolar mínima de 75% e o mesmo percentual de frequência nas atividades propostas pela jornada ampliada e as famílias beneficiadas deverão participar das atividades

socioeducativas e dos programas e projetos de geração de emprego e renda ofertados.”.

Sendo que o tempo de participação das famílias no programa era condicionado a idade das crianças. (MDS 2004)

O PETI começou então atendendo 3.710 crianças em 1996 e em 2003 antes de ser incorporado pelo Bolsa Família já atingia 809.148 crianças e adolescentes. (MDS 2004)

Segundo o Ministério do desenvolvimento social e combate à fome (2004, p. 22), a partir de dados fornecidos pelos municípios e estados participantes do programa em 2003 o PETI conseguiu aumentar a frequência escolar das crianças já que: “o percentual de frequência escolar das crianças e adolescentes do PETI é superior a 74% em 89% dos municípios...”.

O programa conseguiu também diminuir a evasão escolar das crianças participantes do programa a 0 em 50,98% municípios, tendo uma evasão de 10% e acima de 11% em respectivamente 45,67% e 3,35% dos municípios. (MDS 2004, p. 22)

Também podemos fazer uma análise qualitativa na educação que seria a partir dos dados da porcentagem de alunos que reprovaram de ano em 17,66% dos municípios a média de repetência foi igual a 0 para os alunos que participavam do programa, em 64,27 dos municípios a taxa de repetência era de até 10%; e em 15,65 e 2,42 dos municípios respectivamente a repetência foi de 11% a 20% e superior a 20%. (MDS 2004)

As informações fornecidas sobre a jornada ampliada em cerca de 58% dos municípios a carga horária eram de 4h diárias, 40% ofereceram 3h diárias, 3% disponibilizaram 2h diárias e 0,2 apenas 1h. As principais atividades ofertadas pelo programa eram atividades esportivas, reforço escolar, atividades de lazer e recreativas, atividades culturais, artísticas, de construção da cidadania, informática e profissionalizantes. (MDS 2004)

As reuniões com os pais e família foram em média de 1 a 2h mensais em 56% dos municípios e 3h em 23%, 4h em 15% e 6% não realizaram reuniões. (MDS 2004)

Os dados sobre o PETI indicam que o programa consegue aproximar o aluno da escola e diminuir a evasão escolar. Com uma maior frequência escolar e a participação das atividades escolares o rendimento dos alunos melhorou.



O PETI conseguiu diminuir consideravelmente o trabalho infantil no Brasil, há uma certa dificuldade de se quantificar o número de crianças trabalhando por isso os dados sobre a cobertura do programa seriam um pouco vagos. Segundo MDS (2004, p. 33): “Cerca de 47% dos municípios analisados indicaram não existirem crianças e adolescentes atendidos pelo PETI que ainda trabalham nos horários vagos, nas férias escolares, à noite ou nos finais de semana. Porém, 37% dos municípios informaram que existem casos de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI que ainda trabalham em seus tempos vagos, e 16% não souberam informar.”.

O número de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil caiu de 9,5 milhões, na faixa etária de 5 a 17 anos, em 1995 para 5,5 milhões em 2005 em parte uma das causas dessa redução foi o PETI. (MSD 2004)

O programa conseguiu avançar em direção da Erradicação do trabalho infantil conseguindo alguns pontos positivos como é colocado pelo MDS (2004, p. 45):

“...melhoria na qualidade de vida da criança e da família e da auto estima da criança, construção e resgate da cidadania e inserção social das crianças, adolescentes e suas famílias; ajuda financeira as famílias; permanência das crianças na escola e na jornada ampliada, geração de renda para as famílias, melhoria da qualidade de vida da criança e sua família, representando importante ajuda às famílias; incremento de recursos que movimenta a economia dos municípios.”

O PETI ao contrario dos PGRMF e o Bolsa Escola tinha como meta a erradicação do trabalho infantil, e com o programa de jornada ampliada ele possuía maior capacidade de aproximar as crianças e adolescentes da escola. Ele diminui a evasão escola, o trabalho infantil e melhora a qualidade de vida das crianças tanto pela transferência de renda como pela possibilidade de que a criança tenha sua infância garantida.

### 3.4 BOLSA FAMÍLIA (BF)

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome o Programa Bolsa Família compõe o programa Fome Zero, este por sua vez visa

garantir o direito de uma alimentação adequada, promovendo segurança alimentar e nutricional além da erradicação da extrema pobreza.

O Bolsa Família foi criado em 2003 sendo este uma transferência direta de renda com condicionalidades. O programa visa através da transferência de renda diminuir a pobreza, garantir os direitos sociais básicos da população mais carente de educação e saúde através das condicionalidades. O programa também conta com alguns programas complementares como programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e outros documentos tendo como objetivo o desenvolvimento das famílias. (MSD 2009)

Os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação<sup>4</sup>, Cartão Alimentação<sup>5</sup> e Auxílio gás<sup>6</sup> e posteriormente o PETI foram incorporados ao programa Bolsa Família. As famílias pertencentes a um ou mais desses programas tiveram seus cadastros transferidos para o CadÚnico, e aquelas que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade, passam a receber o benefício do Bolsa família desde que possuam as características exigidas do programa. (MDS 2009)

Os valores pagos pelo programa variam entre R\$22 a R\$200 dependendo da renda familiar per capita e pelo número de crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos de idade. (MDS 2009)

Participam do programa famílias que tenham renda mensal de até cento e quarenta reais por pessoa e que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais<sup>7</sup> (CadÚnico). As famílias que possuem renda mensal entre R\$70,01 a 140, só podem participar do programa se tiverem crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias que possuem renda inferior a R\$70 não são condicionadas a possuírem menores de 17 anos na família. A inscrição no

---

<sup>4</sup> O Bolsa Alimentação visa melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição da população mais carente, com a transferência de renda variável de R\$15 a R\$45 por mês que beneficiava gestantes, mães que estivessem amamentando seu filhos de até 6 meses e crianças de 6 meses a 6 anos de idade. (ROCHA 2005)

<sup>5</sup> O Programa Cartão Alimentação fazia parte do programa Fome Zero que concedia as famílias mais carentes um cartão com uma determinada quantia que poderia ser usada para a compra de alimentos. (MSD 2009)

<sup>6</sup> Programa Auxílio gás visava subsidiar a compra de botijões de gás para as famílias mais carentes. O governo pagava R\$15, a cada dois meses, para cada família com renda mensal de até meio salário mínimo. (ROCHA 2005)

<sup>7</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda do Brasil. As famílias cadastradas possuem até meio salário mínimo por pessoa. O cadastro auxilia então o poder público na formulação e gestão de programas voltados a população mais carente. (MDS 2009)

CadÚnico não significa que a família participara do programa, mas é através dele que o governo irá selecionar quais famílias serão acrescentadas no programa. (MDS 2009)

Para que as famílias permaneçam no programa é exigido que estas cumpram com algumas condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social, que são regularmente vistoriadas. Na área da educação é proposto que as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos tenham no mínimo 85% da frequência escolar comprovada e os adolescentes entre 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75%. Na área da saúde é exigido o acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, pré-natal das gestantes e acompanhamento das mães que estão amamentando na faixa etária de 14 a 44 anos de idade. Além de uma frequência mínima de 85% nos serviços sócio educativos para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade que tenham sido retiradas do trabalho infantil. (MDS 2009)

As condicionalidades são exigidas não para punir as famílias, simplesmente é a forma que o governo encontrou de melhorar as condições de vida das famílias. Seu cumprimento é essencial para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e uma perspectiva de um futuro melhor para tais.

Por isso que antes que as famílias sejam retiradas do programa por descumprimentos de alguma condicionalidade elas primeiramente recebem uma advertência, se continuarem a persistir no descumprimento o benefício é suspenso e só então que a família será cortada do programa. Desde 2006 até fevereiro de 2009 já foram retiradas do programa 93.231 famílias participantes por não cumprimento das condicionalidades. (MDS 2009)

O acompanhamento das condicionalidades é feito de forma integrada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Saúde e da Educação. Nos municípios é realizado pelas áreas de Assistência social, Saúde e Educação. (MDS 2009).

O programa iniciou em 2003 distribuindo renda para 1.150.228 famílias carentes e teve sua expansão acelerada desde então em 2006 já atendia a mais de nove milhões de famílias pobres. Agora em 2009 o programa já atende a mais de onze milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. Em quase sete anos de existência o Bolsa Família já foi capaz de contribuir para melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, reduziu a extrema pobreza e a

desigualdade do país, além de contar um ótimo grau de focalização dos beneficiados. (MDS 2009)

Assim veremos mais detalhadamente cada uma dessas realizações e as eventuais conseqüências do programa.

Para que as transferências de renda do Bolsa Família possa melhorar as condições de vida das famílias mais carentes e levar a uma redução na desigualdade de renda precisa ser direcionado as famílias mais carentes, as pessoas de mais baixa renda do país. Além disso, a focalização também deve contar com uma distribuição desigual entre os estados e municípios para que os mais carentes sejam mais favorecidos pelo programa.

A partir dos dados do Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Publicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF) o programa Bolsa Família a partir de dados de 2006 e da coleta de dados de 53 municípios sendo 27 delas as capitais dos Estados podemos então analisar quais são as características dos beneficiados pelo programa sendo que segundo Weissheimer (2006, p.92): “A imensa maioria dos entrevistados foi composta por mulheres (93,9%). Entre as faixas etárias, a predominância de beneficiados se localizou entre 25 e 34 anos e entre 35 e 44 anos.”, mostrando a tendência do programa de preferir beneficiar as mulheres, chefes de família.

Segundo Weissheimer (2006, p. 92) “O percentual dos “sem instrução” chegou a 35,1% da amostra, e a soma destes com os que possuem somente o primario incompleto alcançou quase 70%.”. Assim sendo o Programa possui como seus principais beneficiários as mulheres de baixa escolaridade.

Já segundo a raça dos beneficiários entrevistados segundo Weissheimer (2006, p. 92) “ predominaram os pardos (48,4%), seguido dos brancos (32,5%) e dos negros (16,8%).”.

A partir dos dados do Censo de 2000 onde mostra que a constituição da população brasileira segundo a raça podemos identificar uma distribuição desigual entre as raças tentando assim diminuir as diferenças de renda entre elas. segundo Weissheimer (2006, p. 93) “os brancos estão sub-representados como beneficiários do Bolsa Família (pois são 53,74% da população nacional), enquanto pardos e negros estão super-representados ( na medida em que são respectivamente 38,4% e 6,21% no país).”.

Esta desigualdade na valorização das raças indica uma preferência pela população mais carente já que o número de negros e pardos entre a população mais carente do país são maiores que da população branca. (WEISSHEIMER 2006)

TABELA 1 – ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E SUA DISTRIBUIÇÃO PELOS ESTADOS BRASILEIROS

LOCALIDADE	POPULAÇÃO TOTAL	ESTIMATIVAS DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS	NUMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ATENDIDA POR ESTADO EM RELAÇÃO AO NUMERO DE BENEFICIADOS DO PBF
		POBRES – PERFIL BOLSA FAMÍLIA (PNAD 2006)	POBRES EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL	BOLSA FAMÍLIA (2009)	
Brasil	189.604.313	12.995.195		11.994.309	
Acre	680.073	58.310	8,57%	57.464	0,479093877
Alagoas	3.127.557	407.666	13,03%	386.805	3,224904411
Amazonas	3.341.096	260.127	7,79%	253.280	2,111668125
Amapá	613.164	41.339	6,74%	43.312	0,361104587
Bahia	14.502.575	1.558.051	10,74%	1.521.974	12,68913449
Ceara	8.450.527	960.379	11,36%	919.995	7,670262622
Distrito Federal	2.557.158	108.119	4,23%	79.055	0,659104247
Espírito Santo	3.453.648	229.741	6,65%	186.325	1,553445055
Goiás	5.844.996	354.855	6,07%	298.525	2,488888689
Maranhão	6.305.539	833.084	13,21%	814.298	6,789036367
Minas Gerais	19.850.072	1.195.539	6,02%	1.078.315	8,990221946
Mato Grosso do Sul	2.336.058	147.234	6,30%	124.459	1,037650439
Mato Grosso Para	2.957.732	178.818	6,05%	160.815	1,340760856
Paraíba	7.321.493	640.605	8,75%	619.420	5,164282494
Pernambuco	3.742.606	424.198	11,33%	440.298	3,67089092
Piauí	8.734.194	980.645	11,23%	977.460	8,149364836
Piauí	3.111.196	398.785	12,82%	391.578	3,264698283
Paraná	10.590.169	552.647	5,22%	475.380	3,963379633
Rio de Janeiro	15.872.362	691.775	4,36%	636.666	5,308067351
Rio Grande do Norte	3.106.430	319.016	10,27%	313.612	2,614673342
Rondônia	1.493.566	119.367	7,99%	112.525	0,938153253
Roraima	412.783	40.137	9,72%	41.196	0,343462887
Rio Grande do Sul	10.855.214	542.079	4,99%	451.477	3,764093455
Santa Catarina	6.052.587	167.897	2,77%	147.203	1,227273701
Sergipe	1.999.374	216.408	10,82%	206.479	1,721474743
São Paulo	41.011.635	1.445.140	3,52%	1.138.950	9,495753361
Tocantins	1.280.509	123.234	9,62%	117.443	0,979156031

FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Segundo Weissheimer (2006, p. 94) "Já a renda familiar no último mês dos domicílios pesquisados concentrou-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos, (56,8%).

O percentual de famílias com até um salário mínimo de renda foi bastante elevado (41,8%). Por outro lado, o percentual de beneficiados em famílias com mais de três salários mínimos de renda mensal foi ínfimo (1,4%).”.

Indicando assim a boa focalização do programa que está atingindo as classes mais baixas de renda da sociedade. Além da boa focalização em relação às classes sociais o programa está distribuído pelo país desigualmente, favorecendo os Estados mais com maior percentual de população carente. Segundo os dados do MDS expostos na TABELA 1 acima há uma maior concentração de famílias atendidas na região Nordeste área onde se encontra o maior número de famílias pobres em relação à população total brasileira.

Junior (2009) analisou como o programa Bolsa Família influencia a evolução do PIB nos municípios brasileiros, a partir de um estudo que envolveu 5.500 municípios participantes do programa BF, mostrou os efeitos do programa sobre a economia destes locais. Utilizando dados sobre a mensuração econômica dos municípios e a difusão do programa BF nestes, a partir dos dados de 2004 a 2006. O estudo foi elaborado comparando os municípios que possuíam mais de 50% da população beneficiada pelo programa BF e os municípios que possuíam menos de 50% da população participando do programa.

Junior (2009) encontrou uma relação significativa entre os municípios que possuíam mais beneficiados em relação aos com menos beneficiados. Observou-se que os municípios que possuíam mais beneficiados eram os que estavam mais atrasados socialmente e economicamente, a partir dos dados do PIB destes municípios nota-se que os municípios que possuem mais de 50% de sua população beneficiada obtiveram uma variação do PIB de 10,06% entre 2004 a 2006 enquanto para os municípios menos beneficiados a variação foi de 7,95% sendo esta diferença relacionada diretamente ao programa BF.

A partir dos repasses o programa também é capaz de movimentar diferentes setores da economia. Como é colocado por Junior (2009, p. 18): “Dado um aumento de 10% no valor de repasse per capita, espera-se que o PIB industrial aumente em 0,81%. [...] O setor de serviços apresentou o segundo maior impacto médio, indicando um aumento de 0,19 % neste setor do PIB, dado o aumento de 10% no valor de repasse per capita”.

Junior (2009) também estuda os impactos do programa sobre os setores da economia brasileira, sendo que os dados indicam que o programa atingiu tanto o setor industrial (água, gás, esgoto, energia elétrica) que estão diretamente relacionados ao consumo de alimentos e necessidades básicas; como o setor de serviços, porém não se encontrou variação para o PIB agrícola. Isto ocorre porque as famílias de baixa renda que moram nas zonas rurais já produzem seus próprios produtos agrícolas enquanto um aumento da renda leva sim a uma diversificação na sua alimentação com a compra de alimentos industrializados que antes não eram consumidos.

O programa é capaz então de aquecer a economia, principalmente dos municípios mais carentes que são os mais beneficiados, indicando como um aumento do gasto público é capaz de fomentar a economia através de um aumento do consumo das famílias beneficiadas.

O programa BF também afeta a arrecadação de impostos, segundo Junior (2009, p. 17): "... um aumento de 10% na população leva a um aumento médio de 1.05% na arrecadação municipal."

Através de um aumento na arrecadação pela intensificação do programa demonstra-se que parte do dinheiro empregado no programa acaba voltando para os cofres públicos.

#### 3.4.1 A influência do Bolsa Família na Alimentação das Famílias Beneficiados

Segundo Weissheimer (2006, p. 94) "... os recursos recebidos através do programa foram gastos em primeiro lugar em larga maioria, com alimentação (76,4%). Uma outra parcela das famílias (11,1%) priorizou a compra de material escolar."

Isto indica que o dinheiro recebido está sendo utilizado principalmente para a melhora na alimentação das famílias indicando que um dos principais objetivos do programa de diminuir a insuficiência alimentar da população mais pobre do Brasil está sendo alcançado.

Fica claro o efeito do programa sobre as famílias beneficiadas quando se compara os dados sobre a alimentação das famílias antes e depois do ingresso no

programa. A partir dos estudos de Weissheimer (2006) sobre os dados das famílias beneficiadas o que se identificou é uma melhora quantitativa na alimentação das famílias, a partir de dados como a redução significativa de pessoas da família que ficaram sem comer ou comeram menos por falta de alimentos nos últimos três meses, a porcentagem caiu de 58,3% para 48%. Ainda foi constatado que 18,7% dos entrevistados que recebem o bolsa família afirmaram que sua alimentação melhorou muito e 66,9% afirmaram que melhorou. Sendo que após o ingresso no programa 59,2% dos entrevistados afirmam que aumentou a quantidade de alimentos consumidos, 40,4% disse que não houve modificação e 0,4% que houve diminuição de consumo de alimentos. Entre as famílias beneficiadas 73% dos entrevistado afirmaram que houve um aumento na variedade de alimentos consumido.

Pode-se afirmar que o BF não apenas aumenta a quantidade de alimentos consumidos pelas famílias que antes não tinham condições nutricionais adequadas como melhora qualitativamente sua alimentação através da diversificação. Através da distribuição dos gastos feitos pelas famílias da renda transferida pela governo nota-se que o dinheiro esta sendo corretamente aplicado em alimentação, educação e melhoras na qualidade de vida. O dinheiro esta sendo alocado para uma melhora na qualidade de vida dessas famílias em contrapartida da possibilidade da renda ser gasta com produtos de menor necessidade e ate mesmo degradantes como bebidas. (WEISSHEIMER 2006)

As crianças que vivem em um ambiente familiar mais harmônico e onde a família sabe que amanhã terá sua alimentação garantida possuem maior capacidade de aprendizagem.

#### 3.4.2 A influência do Bolsa Família sobre a Educação das Crianças e Adolescentes Beneficiadas

A educação no Brasil sempre foi uma área defasada e que não chamava proporcional atenção que merece. Sendo que a educação é base fundamental para uma melhor condição de vida, ela trazer um aumento significativo de retorno para os estudantes, porém a educação ainda sim é uma área defasada no Brasil.



O governo encontrou então um meio de aumentar a escolaridade da população brasileira através da condicionalidade da frequência escolar das crianças pertencentes às famílias beneficiadas. A educação influencia diretamente o desenvolvimento econômico e social de qualquer país. Uma melhor distribuição da educação leva a diminuição da desigualdade ao melhorar a competitividade entre a população.

Isto é níveis diferentes de educação geram desigualdades de rendimentos, estas diferenças poderão ser amenizadas com a alfabetização universal e de qualidade para toda a população.

Os dados fornecidos pelo MDS (2009) indicam que o Bolsa Família beneficiou mais de 13 milhões de alunos entre 6 a 17 anos de idade com 85% da frequência escolar informada. Parte das crianças brasileiras passou a frequentar a escola em decorrência da condicionalidade do BF. O programa se mostra eficaz para elevar a frequência escola das crianças pertencentes às famílias beneficiadas, além de diminuir a evasão escolar. Mostrando que o programa é um meio de incentivar as crianças a permanecerem na escola.

Oliveira e Resende (2008) estudaram os impactos do BF sobre o trabalho infantil das crianças pertencentes ao programa, concluíram que o programa não obteve resultados positivos quando se trata da diminuição do trabalho infantil. Isto porque as famílias que participam do BF, que são as famílias com maiores problemas econômicos, são as mais prováveis de que enviem suas crianças ao mercado de trabalho. Porém encontraram dados que indicam que com o programa as crianças por serem incentivadas a frequentarem a escola acabam reduzindo sua carga horária no trabalho.

Com a redução da carga horária das crianças beneficiadas e o aumento da frequência escolar a escola agora esta ocupando um tempo em que antes estariam trabalhando, com o programa elas estão estudando para que possam no futuro encontrar melhores condições de vida.

Como é colocado no estudo de Néri (2009) sobre os motivos que levam o Brasil a possuir um índice elevado de evasão escolar, sua conclusão é de que o principal motivo é a falta de interesse das crianças e adolescentes pelas matérias que são ministradas nas escolas brasileiras.

Além de incentivar que as crianças compareçam a escola é necessário que haja uma mudança nas bases da educação brasileira. O conteúdo tem que ser atualizado, os professores melhor preparados, escolas mais bem estruturadas.

Em 2008 o Brasil apresentou resultados positivo na educação da população em parte resultados obtidos graças ao BF. A taxa de analfabetismo diminuiu, houve aumento no numero de crianças matriculadas nas escolas alem de uma melhora na qualidade de aprendizagem, causada pelo incentivo a educação por causa da condicionalidade da freqüência escolar e pela melhora na qualidade de vida com o aumento da renda da população mais carente, como a melhor alimentação das famílias. (LIMA 2008)

#### 3.4.3 O efeito do programa Bolsa Família sobre a oferta da mão de obra das famílias beneficiadas

Um choque na renda familiar ira modificar a propensão a trabalhar dos homens e mulheres pertencentes às famílias beneficiadas do BF, até que ponto esta renda transferida afeta a oferta de mão de obra no Brasil. Seria um ponto negativo do BF se este diminuísse a oferta de trabalho significando uma dependência financeira das famílias para com o governo.

Teixeira (2008) analisa os efeitos do programa Bolsa Familia sobre a oferta da mão de obra um ponto imortane ressaltando no trabalho seria que as famílias que são beneficiadas possuem diferentes característica e a diferença entre as transferências é significativa. Como a transferência pode variar de 20 a 200 reais espera-se que algumas famílias serão mais afetadas que outras. Além disso, a renda recebida pelo programa muitas vezes é a única renda familiar em outras famílias ela é apenas uma pequena parte da renda da família.

Os choques na oferta de mão de obra serão distintos por causa da diferença do impacto da transferência de renda para cada família. A transferência de renda pode acarretar em dois efeitos diferentes um é o efeito renda que segundo Teixeira (2008, p. 2) seria "O efeito renda refere-se à redução dos rendimentos do trabalho como consequência direta do aumento dos rendimentos não vinculados ao trabalho." Este efeito poderia então acarretar em uma redução da oferta de mão de obra.

Já por outro lado haveria um aumento da oferta de mão de obra causada pela redução do trabalho infantil, sem a renda ganha pelo trabalho das crianças os pais teriam que trabalhar mais para compensar esta perda de renda seria então o efeito substituição. (TEIXEIRA 2008, p. 2).

Teixeira (2008) conclui que, a partir dos dados da PNAD de 2006, as famílias beneficiadas que receberam os menores valores das transferências foram as que tiveram os maiores efeitos na redução das horas de trabalho, isto porque as famílias que recebem os valores menores são as que possuem apenas uma criança. O valor do benefício é suficiente, pois a família é pequena. Porém nas famílias maiores o valor do benefício é diluído e acaba não diminuindo as horas de trabalho dos membros da família.

A pesar do BF modificar a oferta de trabalho esta tem um impacto pouco significativo de uma redução de 2,1h para os homens e 3,5 horas remuneradas para as mulheres. Uma diminuição tão reduzida na carga horária de trabalho indica que o programa não estaria gerando um estado de dependência das famílias sobre o governo. (TEIXEIRA 2008, p. 10)

A renda transferida afeta diferentemente a oferta de mão de obra feminina e masculina, já que as mulheres possuem uma propensão maior a se afastarem do trabalho pela sua jornada dupla, como donas de casa e trabalhadoras assalariadas. Com um choque na renda familiar as mulheres tenderam a modificar seu planejamento de tempo entre afazeres do lar e o trabalho remunerado. Assim sendo o programa BF desestimularia o trabalho assalariado em detrimento do trabalho doméstico, porém este é gerador de bem estar para a família. O efeito do BF sobre as mulheres é um aumento de 1,1h no trabalho doméstico. Apesar do BF diminuir as horas de trabalho assalariado das mulheres, os beneficiados não ficam sem trabalhar, estes colocam seu tempo em atividades que melhoram sua qualidade de vida e de sua família. (TEIXEIRA 2008)

Teixeira (2008) verifica que a diminuição nas horas de trabalho se apresenta muito mais expressiva nas pessoas que possuem empreendimento próprio do que aquelas que possuem um trabalho formal. Concluindo que o trabalho formal é menos flexível, pois o trabalhador já possui suas horas semanais pré-estabelecidas, além do mais suas horas de trabalho tem mais valor por causa do décimo terceiro, férias, entre outros benefícios.

Agora para as famílias que recebem os valores mais altos do benefício, por causa do maior número de crianças e adolescentes pertencentes à família passam a ter um efeito contrário, isto é, quanto maior o valor do benefício maior será o aumento nas horas trabalhadas para compensar a diminuição de renda causada pela retirada das crianças do trabalho. (TEIXEIRA 2008).

O programa BF reduz as horas trabalhadas nas famílias que possuem sua renda aumentada, porém para as famílias que o ingresso reduz a renda familiar, por causa da retirada das crianças do trabalho, acabam aumentando as horas trabalhadas pelos adultos. As mulheres possuem uma redução das horas trabalhadas mais expressiva, porém parte desse tempo livre passa a ser utilizado nos afazeres domésticos que propiciam uma melhora na qualidade de vida da família. Não se pode dizer então que o programa está gerando uma dependência das famílias pela transferência, a redução na jornada de trabalho é pequena e suas consequências muitas vezes favoráveis a família.

#### 3.4.4 Diminuição da desigualdade social causada pelo Programa Bolsa Família

A concentração de renda vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos segundo Soares (2006): “a distribuição de 2004 é a mais igual desde a que a Pnad mede rendimentos no Brasil (ou seja, 1976).”.

Soares (2006) estuda a redução da desigualdade social ocorrida a partir de 2001 e conclui que a diminuição da concentração de renda não se deu com o aumento da renda do país e uma melhora na distribuição de renda, mas o que aconteceu foi um aumento da renda da população mais carente. A partir de mudanças estruturais na economia e nas políticas sociais.

Como coloca Soares (2006) “de 1995 a 2004, os indivíduos nos centésimos mais pobres que o 70 ganharam renda e os indivíduos nos centésimos além do número 70 perderam.” Isto é, a população mais carente obteve um aumento de renda, enquanto a população mais rica obteve uma redução de renda.

A renda domiciliar da PNAD pode ser advinda de quatro maneiras: pela renda do trabalho; renda dos juros, dividendos e Bolsa Família; renda de pensões e

aposentadorias e; outras rendas como alugueis, doações e abono permanência. (SOARES 2006, p. 17)

Assim sendo Soares (2006) analisa como cada uma dessas composições da renda age sobre a concentração de renda no intervalo de tempo entre 1995 e 2004. Conclui que a renda advinda dos juros, dividendos e Bolsa Família que consistia na variável que mais gerava concentração de renda no país, passou a ser a segunda renda que mais leva a desconcentração. Também constata que apesar de ter diminuído sua progressividade as aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo são as que continuam sendo as mais progressivas e que a renda do trabalho foi uma das razões da diminuição da concentração de renda no período.

Segundo Soares (2006): “Apesar dos programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, terem contribuído fortemente para a redução da desigualdade, foi a desconcentração dos rendimentos do trabalho a responsável por três quartos (3/4) da queda do coeficiente de Gini.”.

Uma melhor distribuição de renda advinda da melhora na distribuição de rendimentos do trabalho caracteriza que esta diminuição da desigualdade social será persistente. Já a diminuição da desigualdade causada pelo Bolsa Família que também foi significativa pode retroceder com uma mudança política que retire as transferências das famílias beneficiadas.

Como coloca Delgado (2006) em entrevista ao site Instituto Humanitas: “O fato de ter melhorado a distribuição de renda pessoal, não significa que melhorou a distribuição da renda social como um todo. Essa renda representa apenas 31% da renda interna bruta. Os outros praticamente 70% são gerados nas empresas financeiras e não-financeiras, ou de administração pública, e o perfil dessa outra estrutura tem caráter de piora na distribuição.”

Isto significa que a pesar do programa ter atingindo melhoras significativas na distribuição de renda pessoal a situação da distribuição de renda social vem se deteriorando.

O programa Bolsa Família não resolvera todos os problemas de desigualdade do país, porém ele tem conseguido resultados favoráveis.

## 4 CONCLUSÃO

Os Programas de Garantia de Renda Mínima Condicional tiveram um grande crescimento no Brasil desde 1990. Estes programas começaram pequenos atendendo famílias carentes de alguns municípios e hoje as transferências estão sendo distribuídas para mais de onze milhões de famílias brasileiras.

A partir dos bons resultados apresentados pelos programas pioneiros que o governo passou a expandir este determinado modelo de programa. Desde o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar de Campinas e do Bolsa Escola do Distrito Federal, onde ambos conseguiram resultados favoráveis em relação a melhoria na qualidade de vida da população mais carente, como também foram capazes de incentivar as crianças e adolescentes a aumentarem sua frequência na escola e a diminuir a evasão escolar das crianças pertencentes aos programas. Porém estes programas não conseguiram diminuir o trabalho infantil, problema que atingi grande parte das crianças brasileiras principalmente as de baixa renda.

Com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que consistia não apenas em uma transferência monetária, mas também em um acompanhamento das crianças e famílias com atividades extracurriculares o governo conseguiu ajudar milhares de crianças, que pararam de trabalhar e passaram a frequentar a escola.

Por fim o governo unificou todos os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e o PETI no Bolsa Família para uma melhor administração. O Bolsa Família se expandiu por todo país e atende a milhões de famílias carentes. Este conseguiu diminuir a desigualdade social aumentando a renda das famílias mais pobres, aumentou a frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiados e diminuiu a evasão escolar.

O programa vem melhorando a alimentação seja qualitativamente como quantitativamente dessas famílias que antes passavam fome.

Uma das grandes controvérsias do programa seria que este poderia estar causando dependência das famílias para com o governo, pode-se constatar que as famílias beneficiadas sofreram uma modificação na oferta de mão de obra, sua propensão a trabalhar sofreu intervenção tanto porque a transferência aumentou sua renda familiar como a necessidade das crianças e adolescentes a frequentarem as aulas diminuiu as horas que estas crianças poderia estar trabalhando e gerando renda para as famílias. Assim sendo diminuído a renda familiar. O que se notou foi

uma redução das horas de trabalho dos homens e mulheres beneficiados porém esta diminuição foi de poucas horas. Sendo que a diminuição de horas varia de acordo com o tamanho da família e o trabalho exercido pelos adultos da família.

O Bolsa Família por causa de sua magnitude também foi capaz de movimentar a economia de alguns municípios, que com o aumento do consumo dessas famílias viram suas economias aquecidas. Houve então um aumento do consumo que acarretou um aumento da produção principalmente no setor industrial.

Os Programas de Renda Mínima Condicional possuem pontos positivos tanto na melhora da qualidade de vida, como na educação das crianças beneficiadas. Apesar destes programas terem conseguido modificar a estrutura de desigualdade social brasileiro, sem mudanças estruturais na qualidade do ensino e no mercado de trabalho brasileiro, estas mudanças se tornam voláteis, isto é, estarão presentes apenas enquanto durarem tais programas.

## REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2007.

CAMARGO, J. M; FERREIRA, F. H. G. **O benefício social único**: uma proposta de reforma da política social no Brasil. Departamento de Economia PUC-Rio Texto para discussão nº 443, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/rio/textdis/443.html>>. Acesso em: 20/09/2008.

TEIXEIRA, C. G. **Análise do impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e mulheres**. United Nations Development Programme, 2008. Disponível em:< [www.undp-povertycentre.org/publications/mds/27P.pdf](http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/27P.pdf)> Acesso em:09/11/2009

CRUZ, M. J. V.; PESSALI, H. F. **As implicações da racionalidade limitada na elaboração de políticas compensatórias de combate a pobreza**. uma análise do Programa Bolsa Família. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, Texto para discussão 12/2007, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.thinkmedia.com.br/ufpr/#2007>>. Acesso em: 12/10/2008

DELGADO, G. **As verdades e mentiras sobre a distribuição de renda no Brasil**. Instituto Humanitas Unisinos. 14/07/2006. Disponível em:<[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2715](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2715)> Acesso em: 24/11/2009.

DRAIBE, S. M. **Brasil Bolsa Escola y Bolsa Família**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas UNICAMP. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/>>. Acesso em: 09/10/2008

EHRINBERG, R. G.; SMITH R. S. **A Moderna Economia do Trabalho**: Teoria e Política Pública. São Paulo, Editora Makron Books. 2000.

FILHO, F. H. B.; PESSÔA, S. **Retorno da Educação no Brasil**. Instituto de Economia da UFRJ. 2006. Disponível em: <<http://ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3445>> Acesso em:24/11/2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro. 2009.



Ipeadata. Disponível em:

<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?748862187> Acesso em: 24/11/2009

JUNIOR, P. H. L. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros**. Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo. 2009.

Disponível em: < [www.ipc-undp.org/publications/mds/33P.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/mds/33P.pdf) > Acesso em: 24/11/2009

LAVINAS, L. **Programas de Garantia de Renda Mínima: Perspectivas Brasileiras**. IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Texto para discussão nº 596, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0596.pdf> >. Acesso em: 12/10/2008

LIMA, D. M. L. **A contribuição do programa Bolsa Família no desenvolvimento da educação**. 2008. Disponível em: < [www.ipc-undp.org/publications/mds/18M.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/mds/18M.pdf) >. Acesso em: 24/11/2009

LOPES, F. M. **Avaliação de Programas de Transferência Direta de Renda: o caso do programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas**.

Campinas/SP 1999. Disponível em:

<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000274611>>. Acesso em: 24/11/2009

MACEDO, G. A. **Possíveis Impactos dos Programas de Garantia de Renda Mínima no Brasil**. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP

Caxambu, 2000, v. 1. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Poster/Posteres/Poss%C3%ADveis%20Impactos%20dos%20Programas%20de%20Garantia%20de%20Renda%20M%C3%ADnima.pdf>>. Acesso em: 15/10/2008

MACHADO, C. A. M. et al. **A Influência do Bolsa Escola na Educação**. Revista de Pedagogia ano 3 número 6. Brasília. 2002. Disponível em:

<[www.fe.unb.br/revistadepedagogia/numeros/.../nota04.htm](http://www.fe.unb.br/revistadepedagogia/numeros/.../nota04.htm)> Acesso em: 24/11/2009

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI**. Brasília. 2004. Disponível em: < [www.mds.gov.br/programas/.../programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/...peti.../view](http://www.mds.gov.br/programas/.../programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/...peti.../view) >. Acesso em: 24/11/2009

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Primeiros Resultados da Análise de Linha de Base da Pesquisa de Impacto do Programa Bolsa Família. SAGI/MDS**. Brasília. 2007. Disponível em: < [www.ipc-undp.org/publications/mds/42M.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/mds/42M.pdf) >. Acesso em: 24/11/2009

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em 24/11/2009

NERI, M. C. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem Escola**. Rio de Janeiro, FGV/IBRE. 2009. Disponível em: <[www3.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE\\_MotivaçõesEvasãoEscolar\\_Sumario.pdf](http://www3.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_MotivaçõesEvasãoEscolar_Sumario.pdf)> Acesso em: 24/11/2009

OLIVEIRA, A. M. H. C.; RESENDE, A. C. C. **Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o Impacto do Bolsa Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras**. Revista Estudo Econômico, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, abr./jun. 2008. Disponível em: <[www.blogdoalon.com/ftp//a02v38n2.pdf](http://www.blogdoalon.com/ftp//a02v38n2.pdf)> . Acesso em: 24/11/2009

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**, uma introdução à macroeconomia. São Paulo. Editora Saraiva. 2ª Edição. 2006

PERRY, G. E et al. **Poverty Reduction and Growth: virtuous and vicious circles**. The World Bank. 2006. Disponível em: <[siteresources.worldbank.org/.../Resources/.../virtuous\\_circles1\\_complete.pdf](http://siteresources.worldbank.org/.../Resources/.../virtuous_circles1_complete.pdf)>. Acesso em: 24/11/2009

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 9 n. 1, p. 153-185, jan./abr. 2005. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A137.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A137.pdf)>. Acesso em: 24/11/2009

SOARES, S. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004**. IPEA, 2006. Disponível em: <[www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/.../Seguei%20Soares\\_td\\_1166.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/.../Seguei%20Soares_td_1166.pdf)>. Acesso em: 24/11/2009

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta**. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo. 2006.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**, avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo. 2006.